

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	80
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.284.105.562
Preferenciais	0
Total	2.284.105.562
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.046.534	2.026.599	2.014.418
1.01	Ativo Circulante	51.704	52.206	43.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.031	10.819	14.319
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.426	12.500	5.093
1.01.03	Contas a Receber	22.131	23.237	18.972
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.131	23.237	18.972
1.01.03.02.01	Contas a Receber	22.049	23.202	18.972
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	82	35	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.526	2.669	1.722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.526	2.669	1.722
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.926	2.788	2.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	664	193	845
1.01.08.03	Outros	664	193	845
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	4	12	64
1.01.08.03.02	Outros	660	181	781
1.02	Ativo Não Circulante	1.994.830	1.974.393	1.971.024
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	260.886	225.940	203.179
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	32.334	29.216	27.435
1.02.01.07	Tributos Diferidos	200.528	169.447	146.885
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200.528	169.447	146.885
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.220	8.646	8.379
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.804	18.631	20.480
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	17.941	18.631	20.480
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	2.863	0	0
1.02.03	Imobilizado	27.964	14.711	7.810
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.502	8.244	7.810
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.462	6.467	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso (IFRS 16)	20.462	6.467	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04	Intangível	1.705.980	1.733.742	1.760.035
1.02.04.01	Intangíveis	1.705.980	1.733.742	1.760.035
1.02.04.01.02	Intangível	1.620.471	1.685.132	1.760.035
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	85.509	48.610	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.046.534	2.026.599	2.014.418
2.01	Passivo Circulante	304.742	248.454	187.266
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.937	7.541	6.720
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.937	7.541	6.720
2.01.02	Fornecedores	20.353	9.987	30.984
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.353	9.987	30.984
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	20.353	9.987	30.984
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.203	3.697	6.945
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.203	3.697	6.945
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.000	78.841	67.928
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	96.060	77.051	66.336
2.01.04.02	Debêntures	1.940	1.790	1.592
2.01.05	Outras Obrigações	23.061	26.404	21.601
2.01.05.02	Outros	23.061	26.404	21.601
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	8.899	10.197	12.182
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.338	8.105	6.788
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.323	1.276	1.228
2.01.05.02.08	Transações com Partes Relacionadas	3.450	2.884	1.403
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil	5.051	3.942	0
2.01.06	Provisões	152.188	121.984	53.088
2.01.06.02	Outras Provisões	152.188	121.984	53.088
2.01.06.02.04	Provisão para Investimentos em Rodovias	72.970	65.815	0
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	79.218	56.169	53.088
2.02	Passivo Não Circulante	637.996	613.350	696.542
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	493.598	526.760	594.669
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	402.628	442.794	516.669
2.02.01.02	Debêntures	90.970	83.966	78.000
2.02.02	Outras Obrigações	76.534	40.043	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.494	37.146	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	60.494	37.146	0
2.02.02.02	Outros	16.040	2.897	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	352	114	0
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil	15.688	2.783	0
2.02.04	Provisões	67.864	46.547	101.873
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.405	6.386	4.443
2.02.04.02	Outras Provisões	61.459	40.161	97.430
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	61.459	35.635	31.321
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	0	4.526	66.109
2.03	Patrimônio Líquido	1.103.796	1.164.795	1.130.610
2.03.01	Capital Social Realizado	1.480.385	1.480.385	1.401.385
2.03.04	Reservas de Lucros	-376.589	-315.590	-270.775

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	434.081	452.322	471.586
3.01.01	Serviços Prestados	352.921	370.084	346.037
3.01.02	Receita dos Serviços de Construção	94.182	94.322	143.931
3.01.03	Receitas Acessórias	16.915	18.864	13.598
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	-29.937	-30.948	-31.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-449.817	-427.615	-466.934
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-355.635	-333.293	-323.003
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-94.182	-94.322	-143.931
3.03	Resultado Bruto	-15.736	24.707	4.652
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.528	-26.572	-25.181
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.248	-28.330	-26.781
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-4.292	-3.201	-3.168
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.956	-25.129	-23.613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.720	1.758	1.600
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-40.264	-1.865	-20.529
3.06	Resultado Financeiro	-51.816	-65.512	-67.790
3.06.01	Receitas Financeiras	3.417	3.710	2.806
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.233	-69.222	-70.596
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-55.152	-69.199	-70.596
3.06.02.02	Variação Cambial	-81	-23	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-92.080	-67.377	-88.319
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31.081	22.562	29.545
3.08.02	Diferido	31.081	22.562	29.545
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-60.999	-44.815	-58.774
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-60.999	-44.815	-58.774
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0267	-0,0201	0,0304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-60.999	-44.815	-58.774
4.03	Resultado Abrangente do Período	-60.999	-44.815	-58.774

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	174.769	146.989	106.942
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.690	212.296	177.827
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-60.999	-44.815	-58.774
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	136.194	130.807	120.593
6.01.01.03	Baixa de Ativos imobilizados e intangíveis líquidos	124	134	5.413
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-31.081	-22.562	-29.545
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-697	-1.546	-1.609
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias sobre Mútuos	1.586	760	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos	38.914	49.135	56.746
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	5.062	6.099	6.282
6.01.01.10	Despesas (Receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	7.413	11.337	5.926
6.01.01.11	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.787	6.078	3.298
6.01.01.12	Constituição (Reversão) de Provisão para Manutenção	100.485	76.821	69.458
6.01.01.13	Atualização Monetária de Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-145	0	0
6.01.01.16	Taxa de Fiscalização	47	48	39
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.238	-61.373	-71.303
6.01.02.01	Contas a Receber - Ativo	-1.710	-4.230	-552
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas - Ativo	-47	-35	37
6.01.02.03	Impostos a Recuperar - Ativo	1.249	-722	595
6.01.02.05	Depósitos Judiciais - Ativo	-23	268	-567
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	1.606	-7.799	-11.208
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas - Passivo	1.159	1.596	491
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores - Passivo	-877	948	-4.101
6.01.02.09	Obrigações Sociais - Passivo	-604	821	-419
6.01.02.10	Obrigações Fiscais - Passivo	-3	-145	672
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-691	0	0
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar - Passivo	-3.767	1.317	3.145
6.01.02.18	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais - Passivo	-4.623	-4.135	-4.363

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.20	Pagamento de Juros - Federais - Passivo	-19.907	-49.257	-55.033
6.01.03	Outros	1.317	-3.934	418
6.01.03.02	Despesas Antecipadas - Ativo	2.288	-612	355
6.01.03.04	Outros Créditos - Ativo	-479	600	-450
6.01.03.08	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	0	0	143
6.01.03.09	Custo de Transação - Empréstimo	-492	467	370
6.01.03.11	Outros valores pagos	0	-4.389	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-145.881	-198.953	-237.451
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-537	-1.685	-2.556
6.02.02	Aquisição de Itens do Intangível	-143.891	-189.401	-227.332
6.02.04	Aplicação Financeira	-3.269	-2.962	-2.470
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	742	2.502	0
6.02.06	Aplicação Financeira	1.074	-7.407	-5.093
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.676	48.464	117.538
6.03.02	Captações de Empréstimos	1.026	0	0
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos - Principal	-41.260	-64.093	-55.962
6.03.04	Pagamento arrendamento mercantil	-4.281	0	0
6.03.06	Pagamentos de debêntures - Principal	-3.161	-2.943	0
6.03.08	Captações de empréstimos empresas ligadas	22.000	36.500	0
6.03.15	Aumento de Capital	0	79.000	173.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.212	-3.500	-12.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.819	14.319	27.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.031	10.819	14.319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-60.999	0	-60.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-60.999	0	-60.999
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.480.385	0	0	-376.589	0	1.103.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	79.000	0	0	0	0	79.000
5.04.01	Aumentos de Capital	79.000	0	0	0	0	79.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173.500	0	0	0	0	173.500
5.04.01	Aumentos de Capital	173.500	0	0	0	0	173.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.774	0	-58.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.774	0	-58.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	471.600	485.095	505.531
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	352.921	370.084	346.037
7.01.02	Outras Receitas	118.679	115.011	159.494
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	94.182	94.322	143.931
7.01.02.02	Receitas Acessórias	18.682	20.689	15.563
7.01.02.03	Juros Capitalizados	5.815	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-293.799	-276.944	-325.251
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.945	-21.332	-22.037
7.02.04	Outros	-272.854	-255.612	-303.214
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-94.182	-94.322	-143.931
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-51.080	-64.217	-68.222
7.02.04.03	Custo da Provisão de Manutenção	-100.485	-76.821	-69.458
7.02.04.04	Custo da Concessão	-27.107	-20.252	-21.603
7.03	Valor Adicionado Bruto	177.801	208.151	180.280
7.04	Retenções	-136.194	-130.807	-120.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-136.194	-130.807	-120.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.607	77.344	59.687
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.336	7.283	5.887
7.06.02	Receitas Financeiras	3.417	3.710	2.806
7.06.03	Outros	-81	3.573	3.081
7.06.03.01	Juros Capitalizados	0	3.596	3.081
7.06.03.02	Outros	-81	-23	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.943	84.627	65.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.943	84.627	65.574
7.08.01	Pessoal	46.601	48.300	47.141
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.505	36.076	35.375
7.08.01.02	Benefícios	9.822	9.231	9.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.274	2.993	2.587

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.307	8.738	3.112
7.08.02.01	Federais	-19.486	-10.452	-14.663
7.08.02.02	Estaduais	3	1	0
7.08.02.03	Municipais	18.176	19.189	17.775
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.062	71.644	74.095
7.08.03.01	Juros	43.976	55.234	63.027
7.08.03.02	Aluguéis	34	108	1.233
7.08.03.03	Outras	15.052	16.302	9.835
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	583	612	875
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	5.232	2.984	2.206
7.08.03.03.06	Outras	9.237	12.706	6.754
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.413	-44.815	-58.774
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.586	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-60.999	-44.815	-58.774
7.08.05	Outros	0	760	0
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	0	760	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Fernão Dias.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro 2007 com suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, sendo o contrato de concessão, que abrange o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com direito a cobrança de pedágio pelo prazo de 25 anos.

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2020 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$ 2,30 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros.

Em 2020, o tráfego pedagiado totalizou 150,0 milhões de veículos equivalentes, volume este inferior em 2,7% em relação ao registrado no ano anterior (154,1 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados, principalmente a atividade econômica brasileira, impactado pela pandemia (COVID-19).

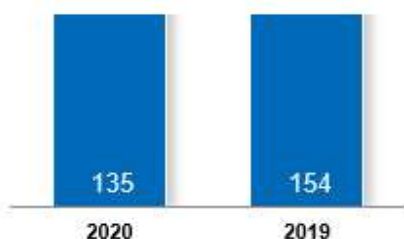
A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 464,0 milhões com as atividades de transporte rodoviário, com redução de 3,9% sobre o obtido em 2019 de R\$ 483,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



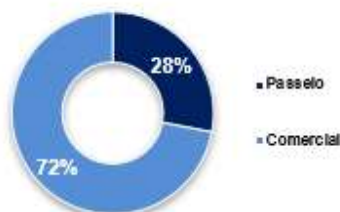
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Milhões)



Composição do tráfego

Ano 2020



A receita de pedágio registrou R\$ 353 milhões em 2020, uma variação de 5% em relação à 2019, quando totalizou R\$ 370 milhões. A variação negativa se deve, basicamente, a redução da tarifa e diminuição no tráfego pedagiado, devido a pandemia (COVID-19).

A receita de obras registrou R\$ 94,2 milhões em 2020, contra R\$ 94,3 milhões registrada em 2019, representando uma variação de 0,1%. Essa redução ocorreu em decorrência do menor volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 16,9 milhões em 2020, o que representa 4% da receita bruta.

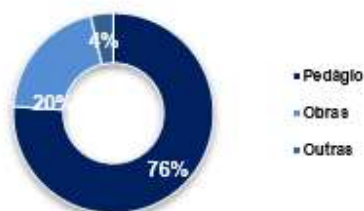
No ano de 2020, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 434 milhões, uma redução de 4% em relação ao ano de 2019.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2020



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 144.428 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 191.086 milhões realizados em 2019, perfazem o montante de R\$ 335.514 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos

	Investimentos - R\$ milhões		
	2020	2019	%
Conserva Especial da Rodovia	57.931	116.084	-50%
Operação, ampliações e melhoramentos na Ro	75.719	64.140	18%
Outros	10.778	10.862	-1%
Total	144.428	191.086	

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$ 23 milhões, dos quais R\$ 22 milhões foram através de empréstimos intercompany e R\$ 1 milhões através de desembolso BNDES.

Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 35.792 milhões, representando 8% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 53,7% em relação a 2019, em que o valor adicionado foi de R\$ 77.344 milhões representando 16% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Entretanto, não houve a distribuição de dividendos previstos, uma vez que a Concessionária não registrou lucro líquido no exercício findo de 2020.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

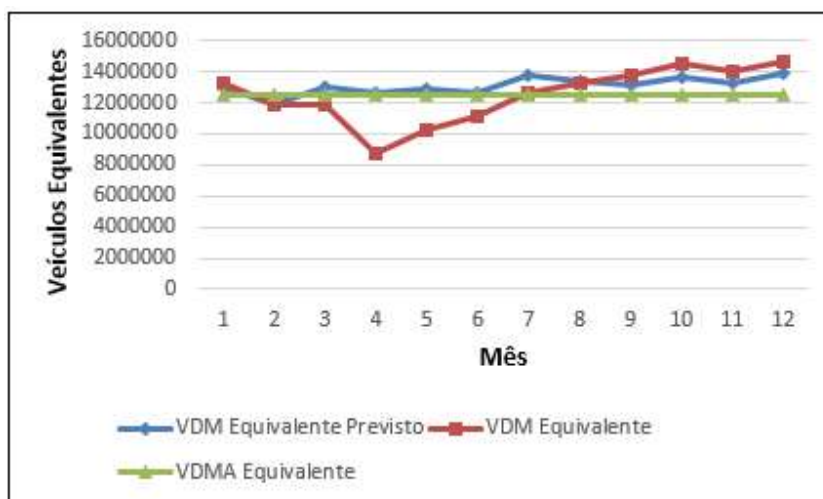
Em 2020, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2020, a Concessionária investiu R\$ 22.881 mil (R\$ 76.866 em 2019) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Indicadores Operacionais****a) Caracterização do Tráfego****Volume**

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

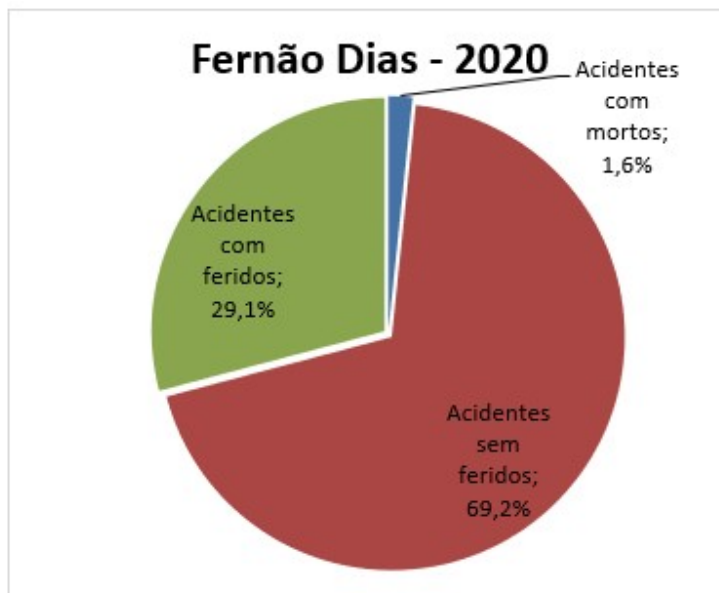
Variação mensal do volume – 2020**b) Segurança no Trânsito****Acidentes**

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

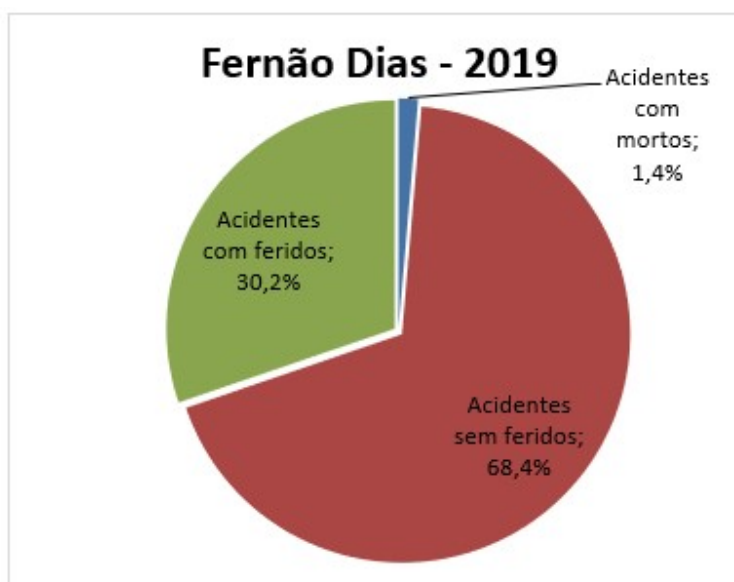
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Percentual de acidentes por gravidade em 2020



Percentual de acidentes por gravidade em 2019



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

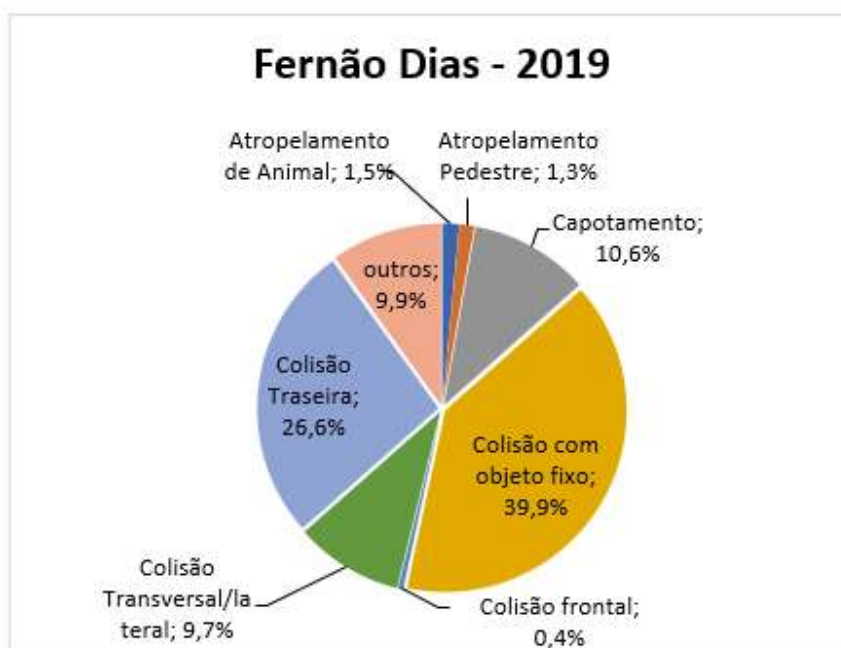


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2020



Acidente por tipo em 2019



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**c) Dados de Operação da Concessão****Veículos Alocados**

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/562,1km
Viatura de Inspeção	13	2,31
Guincho Leve	14	2,49
Guincho Pesado	8	1,42
Guincho PIPA	3	0,53
AC - Ambulância Stand	12	2,13
AD - Ambulância UTI	6	1,07
Caminhão Operacional	3	0,53
Caminhão Papa cone	1	0,18
Moto	2	0,36
Veículo Operacional-OP	3	0,53
Caminhão Pavimento	9	1,60
Ônibus Pavimento	1	0,18
Total de veículos operacionais	75	13,34
Administração (Ranger, Doblo, Saveiro, Ford KA, HB20)	30	5,34
Conserva Pavimento (Ford KA, Saveiro)	3	0,53
Arrecadação HB20	3	0,53
Operações (Corolla, HB20, Ford KA)	5	0,89
Caminhonete ANTT Toro	3	0,53
Tráfego Saveiro	3	0,53
Segurança de trabalho (Ford KA, HB20)	3	0,53
Manutenção (Ford KA)	1	0,18
Total de veículos de apoio	51	9,07
Total de veículos	126	22,42

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Funcionários Alocados**

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	2	0,13
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	1	0,06
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	1	0,06
ANALISTA DE MEDICAO SR	1	0,06
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	2	0,13
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,13
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,06
ASSISTENTE DE ENGENHARIA III	2	0,13
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	1	0,06
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,06
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,06
DIRETOR DE OPERACAO	1	0,06
MÉDICOS (Terc)	44	2,85
SOCORRISTAS (Terc)	193	12,52
GERENTE DE OPERACOES	1	0,06
GERENTE REGIONAL DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,06
GERENTE TÉCNICO	1	0,06
INSPETOR DE TRAFEGO	61	3,96
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	2	0,13
OPERADOR DE CCO	16	1,04
OPERADOR DE GUINCHO	65	4,22
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	38	2,47
OPERADOR DE PIPA	6	0,39
OPERADOR DE TRAFEGO	1	0,06
SECRETARIA PL	1	0,06
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,19
AUXILIAR OPERACIONAL (Terc)	1	0,06
AUX. ADM. OPERACIONAL(Terc)	1	0,06
TEC. SEGURANÇA (Terc)	1	0,06
ENFERMEIRO (Terc)	34	2,21
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO (Terc)	2	0,13
GERENTE DE TRECHO (Terc)	1	0,06
COORDENADOR DE OPERAÇÃO	3	0,19
Total Tráfego	492	31,92
ANALISTA DE CCA JR	2	0,13
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	35	2,27
CONTROLADOR DE PEDAGIO II	1	0,06
OPERADOR DE CCA	9	0,58
OPERADOR DE PEDAGIO	362	23,49
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	3	0,19
SUPERVISOR DE CCA	1	0,06
Total Arrecadação	413	26,79
TOTAL GERAL	905	58,71

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**d) Aspectos Financeiros**

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2020	Acumulada
Receita	464.018	5.333.023

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2020	Acumulada
Investimentos	143.935	2.607.008

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2020	Acumulada
Custos Operacionais	338.151	4.078.357

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 338,1 milhões em 2020, ante R\$ 323,4 milhões em 2019, aumento de 5%. Esse aumento se deve à revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 145,2 milhões em 2020, uma redução de 6% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 154 milhões, a principal causa dessa variação foi a redução nos custos de pessoal, conserva e serviço terceiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2020	Acumulada
ISS	22.666	226.783

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ Mil)

EBITDA			
(Em milhares de reais)			
	2020	2019	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	434.081	452.322	-4%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(338.151)	(323.381)	5%
EBITDA ¹	95.930	128.941	-26%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(100.485)	(76.821)	31%
EBITDA Ajustado ²	196.415	205.762	-5%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	Var%
Dívida Bruta	591.598	605.601	-2%
Curto Prazo	98.000	78.841	24%
Longo Prazo	493.598	526.760	-6%
Posição de Caixa	57.791	52.535	10%
Caixa e equivalentes de caixa	25.457	23.319	9%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	32.334	29.216	11%
Dívida Líquida	533.807	553.066	-3%

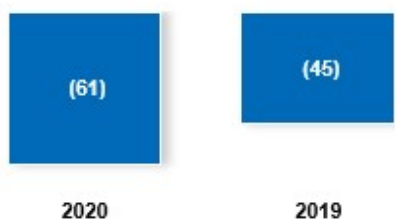
¹ Curto e longo prazos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com prejuízo líquido de R\$ 61 milhões, um aumento de R\$ 16,2 milhões frente ao resultado de R\$ 44.8 milhões registrado no exercício de 2019. Essa variação foi motivada, principalmente pela redução da tarifa e diminuição no tráfego pedagiado, devido a pandemia (COVID-19).

Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ milhões)**Tarifa**

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 Norte - Defasada(Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P1 Norte (Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P1 Sul (Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P2 (Vargem)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P3 (Cambuí)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P4 (São Gonçalo)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P5 (Carmo da Cachoeira)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P6 (Santo Antônio do Amparo)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P7 (Carmópolis de Minas)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P8 (Itatiaiuçu)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária em números

Tabela - Rodovias			
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia	562,1 quilômetros		
	Tipo	Nº	%
Número de veículos que transitaram	CAT-01	41.689.563	60%
	CAT-02	5.697.577	8%
	CAT-03	219.249	0%
	CAT-04	5.850.585	8%
	CAT-05	33.965	0%
	CAT-06	4.450.944	6%
	CAT-07	3.266.169	5%
	CAT-08	6.784.608	10%
	CAT-09	1.281.408	2%
		TOTAL	69.274.068

Número de praças de pedágios	10 praças de pedágio:
	P1 Norte - Defasada(Mairiporã)
	P1 Norte (Mairiporã)
	P1 Sul (Mairiporã)
	P2 (Vargem)
	P3 (Cambuí)
	P4 (São Gonçalo)
	P5 (Carmo da Cachoeira)
	P6 (Santo Antônio do Amparo)
	P7 (Carmópolis de Minas)
P8 (Itatiaiuçu)	

Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 2,3			
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	AUTO	1	2,3
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2D	2	4,6
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3S	3	3,45
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão	3D	4	6,9
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4S	5	4,6
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4D	6	9,2
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5D	7	11,5
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6D	8	13,8
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	MOTO	9	1,15

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,7	943,4
	BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,4	180,8
Total			562,1	1124,2

Índice de congestionamento	Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
	BR-381/MG	17%	67%	11%	2%	2%	1%
	BR-381/SP	0%	1%	39%	35%	21%	4%
	BR-381 Contorno de Betim	0%	63%	37%	0%	0%	0%

Para a definição do Nível de serviço são considerados diversos dados, entre eles: velocidade permitida, VDM, velocidade média desenvolvida, quantidade de veículos leves e pesados, fluidez do tráfego, topografia do terreno, entre outras informações. O nível A corresponde ao melhor nível possível, e o F, ao pior.

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária	%
	Jan	426.086	9%
	Fev	408.689	8%
	Mar	384.918	8%
	Abr	291.906	6%
	Mai	329.285	7%
	Jun	370.686	8%
	Jul	408.812	8%
	Ago	428.819	9%
	Set	458.352	9%
	Out	469.512	10%
	Nov	468.639	10%
	Dez	472.092	10%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	409.816
--	----------------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo
	Jurídico
	Comunicação
	Meio Ambiente
	Centro de Controle Operacional
	Arrecadação
	Conservação (engenharia)
	Pavimentação (engenharia)
	Obras (engenharia)
	Projetos (engenharia)
	Manutenção Tecnológica (rodovia)
	Faixa de Domínio
	Segurança do Trabalho
	Tráfego

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Índices de qualidade de estrada	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/SP		
	Parâmetro	ANO 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG- Contorno		
	Parâmetro	ANO 12	
Atendem		Não Atendem	
Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%	

Receita de pedágio	352.921
--------------------	---------

Custos associados às receitas de pedágio	338.151
--	---------

Fator Trabalho	Em 2020	Em 2019
Número de Trabalhadores	738	703
Despesa de Pessoal	42.096	45.097

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	25.457
Ativo Bruto	2.046.534
Série Histórica dos Investimentos	2.607.008
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários	
Despesas em Administração	10.377
Despesas em Manutenção	3.264
Outras Despesas	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	4873	
	Com vítimas feridas	2050	
	Com vítimas fatais	116	

Indicadores			
Receita por KM		826	
Custo por KM		602	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Balanco Social						
	2020			2019		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	464.018			483.270		
Receita líquida (RL)	434.081			452.322		
Resultado operacional (RO)	-92.080			-67.377		
Folha de pagamento bruta (FPB)	21.831			22.937		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	21.831			22.937		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.886	22%	1%	4.469	19%	1%
Encargos Sociais	8.924	41%	2%	9.999	44%	2%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	4.231	19%	1%	4.054	18%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	315	1%	0%	300	1%	0%
Educação	63	0%	0%	64	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	62	0%	0%	77	0%	0%
Creches ou auxílio creche	424	2%	0%	398	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.457	7%	0%	2.712	12%	1%
Outros	217	1%	0%	248	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	20.579	94%	5%	22.321	97%	5%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	107	0%	0%	218	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	1.033	5%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	1.140	5%	0%	218	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	28.873	132%	7%	30.496	133%	7%
Total - Indicadores sociais externos	30.013	137%	7%	30.714	134%	7%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	239	1%	0%	98	0%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	239	1%	0%	98	0%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	738	703
Tempo de serviço	8% até seis meses	8% até seis meses
	8% de seis meses a um ano	6% de seis meses a um ano
	19% entre um e dois anos	10% entre um e dois anos
	19% entre dois e cinco anos	23% entre dois e cinco anos
	46% mais de cinco anos	53% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	116	148
Nº de demissões durante o período	89	192
Nº de colaboradores terceirizados	874	994
Nº de estagiários (as)	3	7
Nº de colaboradores com até 18 anos	29	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	75	82
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	516	511
Nº de colaboradores acima de 45 anos	118	108
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	358	337
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,28%	0,30%
Remuneração paga a mulheres no período	7.230	6.411
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	59	58
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,02%	0,02%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	31	31
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	74.131	123.168
Total de horas extras pagas (valor)	1.245	1.518
Total de INSS pagos	8.618	8.287
Total de FGTS pago	1.368	1.832
Total de Contribuição Sindical paga	-	0
Totals dos demais encargos sociais pagos	-	0
Total de IRRF recolhido no período	1.583	1.358
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	503	0
Total de CSLL recolhido do período	189	0
Total de PIS recolhidos no período	2.393	2.760
Total de COFINS recolhidos no período	11.043	12.739
Total de outros tributos recolhidos no período	17.790	19.045



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	48,93	51,09
Número total de acidentes de trabalho	3	5
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	2% no PROCON 0% na Justiça	0% no PROCON 20% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	44.943	84.627
Distribuição do Valor Adicionado	-3% Governo -132% Acionistas 104% Colaboradores 131% Terceiros 0% Retidos	10% Governo -52% Acionistas 57% Colaboradores 85% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

O compromisso com a sustentabilidade, que orienta as tomadas de decisão e a atuação da companhia, tem relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Este modelo de gestão é refletido na nova missão, visão e valores do grupo Arteris, revisados em 2020, sendo ainda orientador do plano estratégico de sustentabilidade que está em construção e irá definir as prioridades dos aspectos ESG (ambiental, social e governança, na tradução do inglês) para os próximos anos.

O compromisso voluntário com iniciativas públicas reforça a atuação voltada para o desenvolvimento sustentável, como o Pacto Global, que o grupo Arteris subscreveu em 2020 para consolidar sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2010, a companhia se comprometeu com a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, para redução de 50% das fatalidades no trânsito até 2020. Os resultados da empresa superam a meta desde 2015 e, em 2020, o consolidado das concessionárias atingiu 51% de redução. Ao lado do investimento em obras e manutenção e de parcerias em campanhas de fiscalização, a educação para a segurança no trânsito é um dos pilares que sustentam o compromisso social e com a segurança, numa busca constante pelo índice “zero” de fatalidades em decorrência de acidentes.

Fazem parte das ações previstas na estratégia de responsabilidade social da companhia programas próprios e patrocinados, a exemplo do Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, entre outros, que abrangem o público que transita pelas rodovias, em seus variados perfis, e as comunidades vizinhas. Só o Projeto Escola, que em 2020 exigiu dos professores e instituições participantes soluções inovadoras de ensino em função da pandemia da Covid-19, atendeu 324 escolas de 131 cidades. Em 19 anos de atuação, já impactou diretamente 320.218 alunos e formou 18.484 professores em 676 escolas da rede pública de ensino municipal e estadual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O compromisso com a segurança começa dentro da empresa. O grupo Arteris se apoia em um conjunto de ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre seus colaboradores e terceiros, com o total comprometimento da alta liderança. Em 2020, lançou o Programa Caminho Seguro, reforçando o uso dos recursos já existentes, com foco ainda maior na conscientização e atenção aos fatores de risco no ambiente de trabalho. Utilizando-se de plataformas online, mescladas a encontros presenciais que seguiram todos os protocolos sanitários, o programa promoveu mais de 2 mil reuniões com equipes operacionais e aplicou mais de 12 mil horas de treinamentos sobre práticas comportamentais que salvam vidas.

Tendo a valorização da vida como um dos valores organizacionais, o grupo Arteris procurou contribuir para o funcionamento das principais cidades do País durante a pandemia da Covid-19, com a continuidade de suas operações de forma segura. Por meio da criação de um comitê interno específico para assegurar a gestão dos temas ligados à pandemia, a companhia implementou ações articuladas para garantir o trabalho seguro de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, além do investimento em cerca de R\$ 7 milhões em apoio a hospitais, caminhoneiros e comunidades. Foram distribuídos, por exemplo, mais de 100 mil itens de higiene para cerca de 60 mil caminhoneiros - que também contaram com pontos de apoio nas rodovias e suporte para a vacinação contra a gripe. Também foram doados equipamentos a 13 hospitais da rede pública, em SP, RJ, PR, SC e MG, e realizou uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a distribuição de kits de higiene e alimentação, ações de comunicação e conscientização sobre a pandemia, para cerca de 7 mil famílias vulneráveis no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Pautada pela integridade, o grupo Arteris já aplica a *due diligence* anticorrupção para avaliar fornecedores previamente à decisão por sua contratação. Esta é apenas uma das atividades relacionadas ao Programa de Integridade Arteris, válida para todas as empresas do grupo. Em 2020, foram promovidos treinamentos online sobre o Código de Conduta, incluindo o tema Anticorrupção a fornecedores e prestadores de serviço, além de ações de comunicação para ampliar o conhecimento dos parceiros sobre o tema, como forma de influenciar a cadeia de fornecimento para a adoção de boas práticas de governança.

Partindo do princípio que o crescimento sustentável do negócio só acontece quando há o compromisso com a preservação do ecossistema local, a conformidade ambiental também é levada a sério nas operações. Plantios de mudas nativas feitos como compensação ambiental pelas obras realizadas têm viés de restauração ecológica, ou seja, observam aspectos que resultem em ganho de biodiversidade. A

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



manutenção de corredores ecológicos e soluções para direcionamento da fauna em passagens também são aspectos de preservação ambiental observados nas operações. A inteligência aplicada em todo o ciclo de desenvolvimento dos projetos de engenharia também é um diferencial, desde a fase de elaboração até a operação, considerando a avaliação de riscos e impactos em cada um dos projetos.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

Diretoria

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheira

Marco Antonio Giusti
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a holding não financeira espanhola Participes en Brasil I, a Brookfield Aylesbury-LLC, e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$104.227 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$489.374 (R\$348.050 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$754.709 (R\$747.832 em 31 de dezembro de 2019) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio, e em 31 de dezembro de 2020 estas obras estão estimadas em R\$542.409 (R\$14.018 em 31 de dezembro de 2019), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

No período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (“exercício”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis em 31 de dezembro de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais stakeholders, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Diante da pandemia, o BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata, dentre as quais, o Standstill, uma suspensão temporária por prazo de até seis meses de todo o serviço da dívida de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta, com o objetivo de dar fôlego financeiro às companhias em um período de retração de receitas e dificuldades de obtenção de novas linhas de crédito.

Estão elegíveis a aderir à medida apenas as companhias que estejam em dia com todas as obrigações contratuais decorrentes dos contratos com o BNDES. Uma vez elegível a aderir a medida, as companhias devem formalizar seu pedido de adesão junto ao BNDES, a formalização dessa adesão será objeto de assinatura de aditivo contratual.

A Sociedade foi considerada elegível e teve seu pedido de adesão aceito pelo BNDES. A partir de 15 de abril de 2020, já não efetuaram o pagamento de parcela de principal e juros, e assim se sucedeu até 15 de setembro de 2020, voltando o pagamento ao normal a partir de 15 de outubro de 2020 inclusive. Todas as parcelas não pagas durante o período de vigência do Standstill foram incorporadas no saldo devedor a cada evento, o qual será exigido nos termos e prazos dos contratos vigentes.

Ainda em parceria com o BNDES, a Sociedade firmou apoio ao UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), na ajuda de populações mais vulneráveis. A Sociedade anunciou a doação de R\$300 de uma linha de crédito do BNDES para a compra e distribuição de kits com itens de higiene e alimentação, folhetos informativos para famílias vulneráveis nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iv) Medida Provisória nº 927/2020.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Portaria nº 245 de 15 de junho de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 1º) e do PIS e COFINS (art. 2º) da competência maio/2020 (vencimento: junho) para o vencimento da competência do mês outubro/2020 (vencimentos: novembro).
- (iii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de setembro de 2020.
- (iv) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamentos parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Diante do prolongamento do estado de calamidade pública originário da pandemia, a Sociedade, de modo complementar, implementou a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como Grupo de Risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no Grupo de Risco.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamento e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Impairment

As premissas utilizadas para determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos Financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (7,30% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e contas bancárias	2.468	2.497
Aplicações financeiras	<u>11.563</u>	<u>8.322</u>
Total	<u>14.031</u>	<u>10.819</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fundos de investimentos (*)	<u>11.426</u>	<u>12.500</u>
Total	<u>11.426</u>	<u>12.500</u>

* Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 84,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,8% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	20.029	-	17.911
Cupons de pedágio a receber	648	-	689
Cartões de pedágio a receber	150	-	94
Receitas acessórias a receber (a)	1.203	2.863	4.497
Outras receitas a receber	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total	<u>22.049</u>	<u>2.863</u>	<u>23.202</u>

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Créditos a vencer	21.513	2.863	21.827
Créditos vencidos até 60 dias	388	-	667
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	-	235
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>473</u>
	<u>22.049</u>	<u>2.863</u>	<u>23.202</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(92.080)	(67.377)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	31.307	22.908
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>(226)</u>	<u>(346)</u>
Total	<u>31.081</u>	<u>22.562</u>
Imposto Contabilizado	31.081	22.562
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>31.081</u>	<u>22.562</u>
	<u>31.081</u>	<u>22.562</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(33%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	460.053	426.054
Provisão de participação nos lucros	1.798	2.546
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.405	6.386
Outras provisões	3.933	3.357
Provisão para manutenção de rodovias	140.677	91.804
Amortização acumulada de obras futuras	21.525	17.453
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	277	258
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(194)	(159)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	635.061	548.286
Alíquota nominal	34%	34%
Total	215.921	186.417
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.080	5.666
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	25.325	21.100
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(45.273)	(49.912)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(15.393)	(16.970)
Base do imposto de renda e contribuição social	200.528	169.447
Total do imposto de renda e contribuição social	200.528	169.447

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	33.999	45.214
Provisão de participação nos lucros	(748)	184
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	19	1.943
Outras provisões	576	612
Provisão para manutenção de rodovias	48.873	7.395
Amortização acumulada de obras futuras	4.072	3.923
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	414	4.232
Pis e Cofins s/receitas	-	(1.588)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	19	258
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.225	4.217
Amortização estorno de capitalização de juros	(35)	(30)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	91.414	66.360
Alíquota nominal	34%	34%
Total	31.081	22.562

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2023	3.150
2024	5.380
2025	8.209
2026	20.011
Após 2026	119.668
	<u>156.418</u>

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 32.334 (29.216 em 31 de dezembro de 2019), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, essas aplicações foram remuneradas em média a 86,2% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2019	5.223	3.075	651	1.125	521	181	10.776
Adições	17.827	90	515	-	15	-	18.447
Baixas	-	(93)	(750)	(49)	(359)	-	(1.251)
Saldo em 31.12.2020	23.050	3.072	416	1.076	177	181	27.972
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2019	(2.089)	(1.060)	(442)	(408)	(268)	(42)	(4.309)
Amortização	(2.431)	(1.008)	(380)	(358)	(225)	(50)	(4.452)
Baixa	-	93	750	49	359	-	1.251
Saldo em 31.12.2020	(4.520)	(1.975)	(72)	(717)	(134)	(92)	(7.510)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2019	3.134	2.015	209	717	253	139	6.467
Saldo em 31.12.2020	18.530	1.097	344	359	43	89	20.462
Taxas de amortização - a.a.	39%	57%	48%	59%	74%	38%	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção Inicial	5.223	3.075	651	1.125	521	181	10.776
Saldo em 30.12.2019	5.223	3.075	651	1.125	521	181	10.776
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(2.089)	(1.060)	(442)	(408)	(268)	(42)	(4.309)
Saldo em 31.12.2019	(2.089)	(1.060)	(442)	(408)	(268)	(42)	(4.309)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	3.134	2.015	209	717	253	139	6.467
Taxas de amortização - a.a.	40%	34%	68%	36%	51%	24%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2019	2.650	2.978	5.765	4.241	15.634
Adições	24	64	40	409	537
Transferências/reclassificações (a)		82	-	-	82
Alienações/baixas	(2)		(922)		(924)
Saldo em 31.12.2020	<u>2.672</u>	<u>3.124</u>	<u>4.883</u>	<u>4.650</u>	<u>15.329</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2019	(1.130)	(901)	(4.332)	(1.027)	(7.390)
Depreciações	(222)	(310)	(455)	(369)	(1.356)
Alienações/baixas	1		918		919
Saldo em 31.12.2020	<u>(1.351)</u>	<u>(1.211)</u>	<u>(3.869)</u>	<u>(1.396)</u>	<u>(7.827)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2019	1.520	2.077	1.433	3.214	8.244
Saldo em 31.12.2020	1.321	1.913	1.014	3.254	7.502
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(a) Houve transferência de aquisição de equipamentos no valor de R\$ 82, inicialmente contabilizados no intangível e posteriormente transferido para o Imobilizado.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.593	1.723	5.582	4.064	13.962
Adições	66	1.232	183	204	1.685
Transferências/reclassificações	(6)	36	-	-	30
Alienações/baixas	(3)	(13)	-	(27)	(43)
Saldo em 31.12.2019	<u>2.650</u>	<u>2.978</u>	<u>5.765</u>	<u>4.241</u>	<u>15.634</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(797)	(713)	(3.840)	(802)	(6.152)
Depreciações	(353)	(202)	(492)	(228)	(1.275)
Alienações/baixas	20	14	-	3	37
Saldo em 31.12.2019	<u>(1.130)</u>	<u>(901)</u>	<u>(4.332)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(7.390)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.796	1.010	1.742	3.262	7.810
Saldo em 31.12.2019	1.520	2.077	1.433	3.214	8.244
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2019	2.305.216	5.513	2.311.075	48.610	2.359.685
Adições	63.795	803	64.324	38.501	102.825
Transferências/reclassificações (d)	1.520	-	1.520	(1.602)	(82)
Alienações/baixas	(168)	-	(168)	-	(168)
Saldo em 31.12.2020	<u>2.370.363</u>	<u>6.316</u>	<u>2.376.751</u>	<u>85.509</u>	<u>2.462.260</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2019	(623.361)	(2.582)	(625.943)	-	(625.943)
Amortizações	(129.966)	(420)	(130.386)	-	(130.386)
Alienações/baixas	49	-	49	-	49
Saldo em 31.12.2020	<u>(753.278)</u>	<u>(3.002)</u>	<u>(756.280)</u>	<u>-</u>	<u>(756.280)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2019	1.681.855	2.931	1.685.132	48.610	1.733.742
Saldo em 31.12.2020	1.617.085	3.314	1.620.471	85.509	1.705.980
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.227.516	4.613	2.232.129	28.659	2.260.788
Adições	69.534	900	70.780	28.308	99.088
Transferências/reclassificações	8.327	-	8.327	(8.357)	(30)
Alienações/baixas	(161)	-	(161)	-	(161)
Saldo em 31.12.2019	<u>2.305.216</u>	<u>5.513</u>	<u>2.311.075</u>	<u>48.610</u>	<u>2.359.685</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(498.406)	(2.347)	(500.753)	-	(500.753)
Amortizações	(124.988)	(235)	(125.223)	-	(125.223)
Alienações/baixas	33	-	33	-	33
Saldo em 31.12.2019	<u>(623.361)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>(625.943)</u>	<u>-</u>	<u>(625.943)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.729.110	2.266	1.731.376	28.659	1.760.035
Saldo em 31.12.2019	1.681.855	2.931	1.685.132	48.610	1.733.742
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (d) Houve transferência de aquisição de equipamentos no valor de R\$ 82, inicialmente contabilizados no intangível e posteriormente transferido para o Imobilizado;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 5.815 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2019) referente aos custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média anual de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2020 foi de 0,64% a.a e em 2019 0,39% a.a, do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12 e 13.

Análise de impairment

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade classificada como única UGC, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Para as análises de *impairment* as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2020	31.12.2019
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	374.118	396.208
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	129.015	127.569
					<u>503.133</u>	<u>523.777</u>
				Custo de transação	(4.445)	(3.932)
				Total Geral	<u>498.688</u>	<u>519.845</u>
				Circulante	96.060	77.051
				Não circulante	402.628	442.794
				Total	498.688	519.845

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	77.499	446.278	523.777	66.781	520.599	587.380
Captações/Renovações	30	996	1.026	-	-	-
Juros provisionados	32.936	6.561	39.497	49.747	-	49.747
Amortização de principal	(41.260)	-	(41.260)	(64.093)	-	(64.093)
Pagamento de juros	(19.907)	-	(19.907)	(49.257)	-	(49.257)
Transferência	47.314	(47.314)	-	74.321	(74.321)	-
	<u>96.612</u>	<u>406.521</u>	<u>503.133</u>	<u>77.499</u>	<u>446.278</u>	<u>523.777</u>
Custo de transação	(552)	(3.893)	(4.445)	(448)	(3.484)	(3.932)
Saldo final	<u>96.060</u>	<u>402.628</u>	<u>498.688</u>	<u>77.051</u>	<u>442.794</u>	<u>519.845</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	102.313
2023	110.108
2024	79.359
2025	44.813
Após 2026	69.928
	<u>406.521</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
 - ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
 - iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.
- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Moeda	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2020	31.12.2019
Real	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a	set/26	93.036	85.903
					<u>93.036</u>	<u>85.903</u>
				Custo de transação	(126)	(147)
				Total	92.910	85.756
				Circulante	1.940	1.790
				Não circulante	90.970	83.966
				Total	92.910	85.756

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.812	84.091	85.903	1.614	78.149	79.763
Juros provisionados	6.473	3.821	10.294	6.081	3.002	9.083
Amortização de principal	(3.161)	-	(3.161)	(2.943)	-	(2.943)
Transferências	(3.183)	3.183	-	(2.940)	2.940	-
	<u>1.941</u>	<u>91.095</u>	<u>93.036</u>	<u>1.812</u>	<u>84.091</u>	<u>85.903</u>
Custo de transação	(1)	(125)	(126)	(22)	(125)	(147)
Saldo final	<u>1.940</u>	<u>90.970</u>	<u>92.910</u>	<u>1.790</u>	<u>83.966</u>	<u>85.756</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540
		<u>65.000</u>			<u>67.540</u>

Em 31 de dezembro de 2020 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2022.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 4ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 20.353 (R\$9.987 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$ 8.899 (R\$10.197 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	3.942	2.783	6.725	-	-	-
Adições/Reversões	2.732	15.715	18.447	4.543	6.233	10.776
Utilização	(4.979)	-	(4.979)	(4.769)	-	(4.769)
Ajuste a valor presente - AVP	546	-	546	718	-	718
Transferência	2.810	(2.810)	-	3.450	(3.450)	-
	<u>5.051</u>	<u>15.688</u>	<u>20.739</u>	<u>3.942</u>	<u>2.783</u>	<u>6.725</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	3.713
2023	3.801
2024	4.107
2025	4.067
	<u>15.688</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2020		31.12.2019
	<u>Contratos com prazo inferior a 12 meses</u>	<u>Contratos de baixo valor (de até R\$5)</u>	<u>Contratos com prazo inferior a 12 meses</u>
Outros	-	-	2
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$ 4.281. (foram R\$ 4.389 em dezembro 2019).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 taxa média é 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com a controladora e demais partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Fluminense S.A. (a)	82	35
Contas a receber de partes relacionadas circulante	82	35
Total parte relacionada no ativo circulante	82	35
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	3.318	2.692
Autovias S.A. (b)	-	62
Centrovias S.A. (b)	-	62
Planalto Sul S.A. (a)	4	-
Fluminense S.A. (a)	20	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	108	68
Passivos com partes relacionadas circulante	3.450	2.884
Total do passivo circulante	3.450	2.884
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	60.494	37.146
Empréstimos partes relacionadas não circulante	60.494	37.146
Total do passivo não circulante	60.494	37.146

Contas de Resultado:	31.12.2020			31.12.2019		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(1.586)	(10.862)	-	(760)	(11.313)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Centrovias S.A.	-	-	(28)	-	-	-
Intervias S.A.	-	-	(3)	-	-	-
Fluminense S.A.	-	-	(223)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(70)	-	-	129	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	(66)	-	-	-
Total	(70)	(1.586)	(11.182)	129	(760)	(11.313)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a serviços de manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (d) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação e sinalização horizontal, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$ 4.984 (R\$ 828 em 31 de dezembro de 2019), com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 1.913 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$ 2.379 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$ 4.292 (R\$ 809 e R\$ 2.392, respectivamente, totalizando R\$ 3.201 em 31 de dezembro de 2019), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.500. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$ 1.798 e R\$ 2.546.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas e EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

- (a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2020
Cíveis	922	4.325	(963)	(2.964)	-	1.320
Trabalhistas	1.992	2.981	(1.556)	(1.659)	-	1.758
Regulatório	3.472	-	-	-	(145)	3.327
Total	<u>6.386</u>	<u>7.306</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(4.623)</u>	<u>(145)</u>	<u>6.405</u>

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2019
Cíveis	511	3.157	(685)	(2.061)	-	922
Trabalhistas	500	4.205	(639)	(2.074)	-	1.992
Regulatório	3.432	40	-	-	-	3.472
Total	<u>4.443</u>	<u>7.402</u>	<u>(1.324)</u>	<u>(4.135)</u>	<u>-</u>	<u>6.386</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$3.327 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$ 10.011 em 31 de dezembro de 2020 (R\$9.101 em 31 de dezembro de 2019).

Os depósitos judiciais no montante de R\$17.941 em 31 de dezembro de 2020 (R\$18.631 em 31 de dezembro de 2019) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 3,66% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhoria de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,4%a.a.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	65.815	56.169	4.526	35.635	70.341	91.804
Adições/Reversões	-	40.205	2.573	60.280	2.573	100.485
Utilizações	(358)	(58.065)	-	-	(358)	(58.065)
Ajuste a valor presente	-	3.520	414	2.933	414	6.453
Transferências	7.513	37.389	(7.513)	(37.389)	-	-
Saldo em 31.12.2020	<u>72.970</u>	<u>79.218</u>	<u>-</u>	<u>61.459</u>	<u>72.970</u>	<u>140.677</u>

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	-	53.088	66.109	31.321	66.109	84.409
Adições/Reversões	-	43.854	-	32.967	-	76.821
Utilizações	-	(75.813)	-	-	-	(75.813)
Ajuste a valor presente	-	3.883	4.232	2.504	4.232	6.387
Transferências	65.815	31.157	(65.815)	(31.157)	-	-
Saldo em 31.12.2019	<u>65.815</u>	<u>56.169</u>	<u>4.526</u>	<u>35.635</u>	<u>70.341</u>	<u>91.804</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 58.110 (R\$ 86.125 em 31 de dezembro de 2019).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$1.536.885, compostos por 2.284.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.480.385, acrescido de aumento de capital de R\$ 79.000 em 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receita de serviços prestados	352.921	370.084
Receita de serviços de construção	94.182	94.322
Outras receitas	<u>16.915</u>	<u>18.864</u>
Receita bruta	464.018	483.270
ISSQN	(18.136)	(19.133)
PIS	(2.000)	(2.066)
COFINS	(9.239)	(9.544)
Outras deduções	<u>(562)</u>	<u>(205)</u>
Receita líquida	<u><u>434.081</u></u>	<u><u>452.322</u></u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Custos:		
Com pessoal	(32.515)	(33.969)
Serviços de terceiros	(28.111)	(26.767)
Conservação	(24.221)	(28.041)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.718)	(2.372)
Consumo	(5.717)	(6.763)
Transportes	(5.773)	(5.892)
Verba de fiscalização	(15.621)	(15.120)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(127)	(9)
Seguros / Garantias	(2.946)	(3.282)
Provisão de manutenção em rodovias	(100.485)	(76.821)
Custos de serviços da construção	(94.182)	(94.322)
Depreciação / Amortização	(136.105)	(130.688)
Outros	(1.296)	(3.569)
Total	<u>(449.817)</u>	<u>(427.615)</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(9.793)	(11.129)
Serviços de terceiros	(2.900)	(2.990)
Manutenção de bens e conservação	(1.613)	(1.140)
Consumo	(854)	(1.078)
Transportes	(86)	(186)
Seguros/Garantias	(71)	(13)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.787)	(6.078)
Comunicação e marketing	(252)	(512)
Indenizações à terceiros	(8)	(8)
Publicações legais	(186)	(198)
Depreciação / Amortização	(89)	(119)
Outros	(1.317)	(1.678)
Total	<u>(21.956)</u>	<u>(25.129)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.223	2.536
Créditos fiscais	2.048	-
Outras receitas	146	1.174
Total	<u>3.417</u>	<u>3.710</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(45.562)	(55.994)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(7.413)	(11.337)
Outras despesas	(2.177)	(1.868)
Total	<u>(55.152)</u>	<u>(69.199)</u>
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Varição cambial líquida:		
Varição cambial	(81)	(23)
Total	<u>(81)</u>	<u>(23)</u>

(*) Do total de R\$49.791 referente a juros de financiamentos (R\$ 58.830 em 2019), o valor de R\$ 5.815 (R\$ 3.596 em 2019) foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Total das adições de intangível e intangível em andamento	102.825	99.088
Total das adições de imobilizado	537	1.685
Juros capitalizados - financiamentos	(583)	(612)
Juros capitalizados - debêntures	(5.232)	(2.984)
	<u>97.547</u>	<u>97.177</u>
Aquisição (adições)	(97.547)	(97.177)
Depósitos judiciais para desapropriação	713	1.581
Fornecedores	8.070	(13.526)
Obrigações fiscais	1.200	(3.103)
Contas a pagar - partes relacionadas	(593)	(115)
Cauções contratuais	(421)	(2.933)
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(58.065)	(75.813)
Provisão para investimentos em rodovias	2.215	-
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(144.428)</u>	<u>(191.086)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(46.881)	(93.909)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(60.999)	(44.815)
Número de ações durante exercício (*)	<u>2.284.106</u>	<u>2.246.708</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0267)</u>	<u>(0,0199)</u>

(*) em milhares

<u>Data</u>	<u>Dias (evento e final do exercício)</u>	<u>Saldo atual de ações</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
<u>31.12.2019</u>	<u>0</u>	<u>2.246.708.302</u>	<u>2.246.708.302</u>
<u>31.12.2020</u>	<u>366</u>	<u>2.284.105.562</u>	<u>2.284.105.562</u>
		<u>Média Ponderada (em milhares)</u>	<u>2.284.106</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2020		31.12.2019	
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	14.031	14.031	10.819	10.819
Aplicações financeiras	Nível 2	1	11.426	11.426	12.500	12.500
Contas a receber clientes	Nível 2	2	22.049	22.049	23.202	23.202
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	82	82	35	35
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	32.334	32.334	29.216	29.216
Outros Créditos	Nível 2	2	3.527	3.527	193	193
			<u>83.449</u>	<u>83.449</u>	<u>75.965</u>	<u>75.965</u>
Passivo						
Financiamentos	Nível 2	2	498.688	498.688	519.845	519.845
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	60.494	60.494	37.146	37.146
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	3.450	3.450	2.884	2.884
Debêntures (**)	Nível 2	1	88.881	99.250	85.903	94.066
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	29.252	29.252	20.184	20.184
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.323	1.323	1.276	1.276
Outras contas a pagar	Nível 2	2	4.338	4.338	8.105	8.105
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(**)	Nível 2	1	20.739	20.739	6.725	6.725
			<u>707.165</u>	<u>717.534</u>	<u>682.068</u>	<u>690.231</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como, taxas de juros - irá afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a financiamento e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	3,00%	3,75%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	1.172	1.465	1.759
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>1.172</u>	<u>1.465</u>	<u>1.759</u>
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(34.518)	(40.367)	(46.217)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(34.518)</u>	<u>(40.367)</u>	<u>(46.217)</u>
IPCA	3,34%	4,18%	5,01%
Juros a incorrer - Debêntures	(3.107)	(3.884)	(4.661)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(3.107)</u>	<u>(3.884)</u>	<u>(4.661)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(36.453)</u>	<u>(42.786)</u>	<u>(49.119)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 4 de janeiro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$20.029 (R\$17.911 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$ 253.038 (R\$ 196.248 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
BNDES Automático	8,04%	128.966	128.966	128.966	90.423	132.753	610.074
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	6.550	4.843	4.633	4.619	4.234	24.879
Debêntures - IPCA	10,15%	3.401	19.763	23.404	30.523	55.376	132.467
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	29.252	-	-	-	-	29.252
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras contas a pagar	0,00%	4.338	-	-	-	-	4.338
		<u>175.957</u>	<u>153.572</u>	<u>157.003</u>	<u>125.565</u>	<u>192.363</u>	<u>804.460</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03.2021	01.04 a 30.06.2021	01.07 a 30.09.2021	01.10 a 31.12.2021	Total
BNDES Automático	8,04%	32.242	32.242	32.242	32.240	128.966
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	1.638	1.638	1.638	1.638	6.550
Debêntures - IPCA	10,15%	1.657	-	1.744	-	3.401
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	29.252	-	-	-	29.252
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	3.450	-	-	-	3.450
Outras contas a pagar	0,00%	4.338	-	-	-	4.338
		<u>72.577</u>	<u>33.880</u>	<u>35.624</u>	<u>33.878</u>	<u>175.957</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	182.337

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$16.383 (R\$8.496 em 31 de dezembro de 2019).

29. EVENTOS SUBSEQUENTESCovid-19

A Sociedade está constantemente monitorando o cenário e os ambientes social, econômico e de negócios a fim de tomar as melhores medidas e trazer as melhores soluções diante da pandemia do Covid-19. Com a melhora observada nos últimos meses, os governos passaram a relaxar um pouco mais as restrições sanitárias e de circulação, fato que tem se comprovado com a melhora constante nos níveis de tráfego pedagiado, e conseqüentemente, diminuindo bastante os níveis de risco e incerteza, dado que a operação e a receita praticamente retornaram a patamares pré-pandemia.

Ainda assim, a Sociedade ressalta que as medidas de contenção ainda estão efetivas e em andamento, uma vez que o país ainda se encontra com estado de calamidade decretado, podendo ainda o ritmo de execução de obras e de serviços serem afetados em algum grau. Apesar disso, ressalta que continua envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias. Ressalta também que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Caso o cenário atual de melhora não se prove duradouro, ou caso se observe uma volta da intensidade da pandemia em uma 2ª onda e os efeitos restritivos voltem a se intensificar em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, tanto operacional, quanto financeira de seus negócios, dado todo o seu expertise no negócio, constantemente avaliando projeções de cenários, mantendo constante diálogo com os órgãos reguladores, além de acesso ao mercado de capitais e linhas de crédito bancário.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de janeiro de 2021 contra o mesmo período de 2020. As receitas apresentam aumento de 1,6%. Sendo um total de R\$32.192 em 2021 contra R\$31.701 de 2020.

A Sociedade observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

A Sociedade avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, utilizou o cálculo do valor em uso para mensuração do valor recuperável.

A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente, cujo cálculo envolve premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação do valores em uso da UGC;

- Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) Avaliamos as principais premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, bem como sensibilização dessas principais premissas com base em: informações externas (dados disponíveis de mercado e dados históricos);

(ii) Recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos de base de prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social nas suas demonstrações contábeis.

Esses prejuízos fiscais e base negativa devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Sociedade com base em premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- A avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizadas pela Sociedade.

- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Sociedade para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados;

(ii) Sensibilizamos essas premissas com base em informações externas, tais como dados disponíveis de mercado e dados históricos; e

(iii) Recalculamos as projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização dos prejuízos fiscais e base negativa.

- Consideramos também se as divulgações nas demonstrações contábeis, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2 SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF"s,

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pouso Alegre, 24 de Fevereiro de 2021.

Diretoria

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Pouso Alegre, 24 de Fevereiro de 2021.

Diretoria

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção